

RELAÇÕES DE GÊNERO, FEMINISMOS E INTERFACES POLÍTICAS

MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v22n1p141-143

O livro “Feminismo e Política” escrito pelos autores Flávia Biroli¹ e Luis Felipe Miguel² está dividido em dez artigos, neles os autores propõe um diálogo com os grandes temas do pensamento político feminista, em especial, com as discussões que emergiram após a década de 1980, obtendo como centralidade do debate a categoria “gênero”. É interessante destacar que a utilização dos conceitos “classe social”, “raça” e “sexualidade” apareceram em alguns dos textos como ponto de intersecção nas análises, exemplificando as desigualdades assinaladas (entre homens e mulheres, mulheres brancas e negras, ricas e pobres), fator que enriquece o trabalho analítico, percebendo as especificidades que provocam assimetrias e desigualdades com relação à distinção do poder econômico e exercício da cidadania entre diferentes mulheres na história.

A luta feminista foi, e segundo acreditamos, deve ser também por transformações que levem a sociedades mais justas do ponto de vista de suas estruturas econômicas, sem perder de vista as especificidades de gênero. O feminismo negro permitiu avançar na compreensão dos mecanismos de reprodução das desigualdades justamente ao exigir que a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens não correspondesse a um silêncio sobre as mulheres que compartilham, com os homens que estão na base da pirâmide social, as desvantagens decorrentes de sua posição de raça e de classe (BIROLI, MIGUEL, 2014, p.09).

1 Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas, e professora associada do Instituto de Ciência e Política da Universidade de Brasília.

2 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas e professor do Instituto de Ciência e Política da Universidade de Brasília.

No primeiro artigo – ou capítulo, se preferirem – Biroli (2014) busca na genealogia das produções feministas as relevantes contribuições, debates e reivindicações provocadas pelas obras de diferentes autoras ao longo da história – da Grécia Clássica aos dias atuais -, como Safo, Hipátia, Cristina de Pizán, Claire Lacombe, Pauline Leon, Mary Wollstonecraft, Flora Tristan, Emma Goldman, Simone de Beauvoir, entre outras. Este movimento em recuperar o pensamento feminista, apresentando importantes personagens e ideias que contribuíram para a emancipação da mulher e do gênero feminino na sociedade ocidental é fundamental para a orientar o/a leitor/a com relação ao debate acerca da construção da noção entre o público e o privado (tema do segundo capítulo). Como descreveu Biroli (2014, p.32) “na modernidade, a esfera pública estaria baseada em princípios universais, na razão e na impossibilidade, ao passo que a esfera privada abrigaria as relações de caráter pessoal e íntimo”. Tal prerrogativa construída a partir das convenções sociais marcaram o posicionamento qual a mulher deveria ocupar, naturalizando funções e fazeres a partir da instância biológica. Desta forma, a noção de natureza aparece como um discurso estratégico e de legitimidade das desigualdades e direitos, condicionando a mulher e o gênero feminino ao ambiente privado, contudo, como ressaltou a autora (2014, p.33) “é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática”. Ambas (público e privado) encontram-se em constante movimento simbiótico.

Nesta segregação, opera o sistema de manutenção das desigualdades na sociedade capitalista, desvalorizando as profissões e as atividades quais as mulheres ocupavam majoritariamente os espaços, e usufruindo os homens dos

Alex Barreiro

Doutorando em Educação/UNICAMP. Membro do GEPEDISC.
E-mail: barreiroalex86@gmail.com

privilégios, melhores salários e oportunidades nas áreas que possuem seus cargos.

A compreensão das desigualdades e desvalorização profissional analisadas pelos autores com base nas distinções público-privado fundamentam as afirmações de Biroli (2014) ao dizer no terceiro capítulo que a construção da vida familiar corresponde a arranjos que favorecem a reprodução da pobreza, da exploração e da marginalização das mulheres, do androcentrismo e desigualdades de remuneração, pois está no âmbito doméstico a imposição do ônus às mulheres, ônus que serão percebidos como deficiência em outras esferas da vida. O trabalho não remunerado em seus lares as impossibilitam em termos de tempo e condições físicas de exercerem atividades em outras instâncias, portanto, as desigualdades e a busca pela paridade de gênero dependeriam de uma ruptura nas convenções sociais e normas do casamento.

O quarto e quinto capítulo, Miguel (2014) recupera o debate contemporâneo entre os conceitos e a luta política que circunscreve as noções de igualdade e diferença, apontando como muitas das pautas feministas possuem reivindicações do âmbito biológico, como a gravidez, o aborto, a luta das mulheres pelas creches, entre outras. Contudo, as teorias feministas de vertente pós-estrutural centram suas críticas de gênero justamente pela negação da biologia enquanto determinante, borrando as fronteiras das masculinidades e feminilidades e do que é ser homem ou mulher, chegando a dizer que o próprio sexo é objeto de construção discursiva.

No Brasil, o grande destaque para esta vertente do pensamento feminista, também conhecido na academia como “Teoria Queer” é a filósofa norte-americana Judith Butler, em especial, de sua obra *Gender Trouble* e seu conceito de gênero como “performativo”.

Miguel (2014, p.82) faz uma breve crítica ao conceito desenvolvido pela filósofa, dizendo:

O termo “performance” remete a uma descontinuidade entre o sujeito e seu comportamento. Antes de falar em performance, ela fala em “mascarada”, o que reforça esse entendimento. O que significa que há de existir um sujeito anterior ao comportamento, à performance. Assim, curiosamente, Butler recai de forma implícita na noção de uma identidade sexual original, autêntica, que é deslocada dos papéis de performáticos de gênero.

O autor se equivoca ao afirmar que Butler “recai de forma implícita na noção de uma identidade sexual original”, uma vez que para a filósofa a identidade é constituída no jogo de práticas regulatórias impostas, portanto, o gênero é sempre um feito, não há um ‘ser’ por trás do ‘fazer’. Romper a norma de generificação dos corpos não consiste em encontrar uma identidade original, mas sim, expressar o gênero, o corpo e o desejo para além da matriz produtora (heteronormativa), um encontro com as possibilidades de subjetivações.

Nesse sentido, o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Consequentemente, o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra. No desafio de repensar as categorias do gênero fora da metafísica da substância, é mister considerar a relevância da afirmação de Nietzsche, em *A genealogia da moral*, de que “não há ‘ser’ por trás do fazer, do realizar e do tornar-se; o ‘fazedor’ é uma mera ficção acrescentada à obra – a obra é tudo” (BUTLER, 2010, p. 48).

Na continuidade do embate pelo reconhecimento das diferenças, Miguel (2014) descreve a invisibilidade de mulheres negras e negras lésbicas no interior do movimento feminista, questionando a possibilidade de se construir ou não uma plataforma do feminismo geral, uma vez que os discursos feministas não levam em consideração as demandas específicas de mulheres não brancas e fora do regime heterossexual. Portanto, seria possível identificar uma experiência comum a todas as mulheres? Que Caminhos percorrem as correntes feministas nestas confluências de implicações e atritos?

Os autores também se ocupam-nos textos posteriores - das discussões em torno do aborto, da pornografia e da prostituição, trazendo aos leitores e leitoras a importância com relação ao domínio e ao governo do próprio corpo por parte das mulheres e também da autonomia reprodutiva.

Um dos âmbitos da luta e das teorias feministas em que o aborto é um tópico central é o dos direitos reprodutivos ou da

autonomia reprodutiva. Ele compreende o acesso a informações e recursos que permitem à mulher o controle sobre a vida reprodutiva (BIROLI, 2014, p. 123).

Contudo, não discutem as questões do aborto relacionado à saúde pública, tendo em vista o número de mulheres pobres que morrem em decorrência de procedimentos rudimentares.

“Feminismo e Política” é uma obra que confronta as desigualdades e instituições vigentes de diferentes maneiras e perspectivas, destacando que a construção dos problemas e a produção da crítica à sociedade e também à política necessitam levar em consideração distintas categorias, como: gênero, classe e raça, além de outros, como sexualidade, deficiências e geração.

Este livro compõe parte das investidas e produções acadêmicas que buscam efetivas transformações no plano social e político a partir de uma série de enunciados feministas, contudo, não aborda em seus distintos artigos a centralidade do papel da educação como *locus* produtor de saberes, conhecimentos e possibilidade de transformações, instrumentos estes de suma importância para o enfrentamento do histórico legado patriarcal no qual se fundamentam a cultura, os valores, e os direitos para o exercício da cidadania e equidade das relações de gênero.

Referências Bibliográficas

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge, 1993.

MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

Recebido em: 05/09/2016

Aceito: 10/12/2016